

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

*57ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa Ordinária
Câmara dos Deputados
Local: Anexo II, Plenário 14*

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

11/03/2026 – 10h00

Aos onze dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, às 10 horas e 01 minutos, no plenário 14 da Câmara dos Deputados, realizou-se a Reunião de Comparecimento do Ministro de Estado de Minas e Energia para exposição a respeito de assuntos inerentes à pasta do Ministério e Minas e Energia. A sessão ocorreu presencialmente e foi transmitida ao vivo por meio do link:

<https://www.youtube.com/watch?v=RW5oD7VE7z8>

1. A sessão foi presidida pelo Presidente da CME, o Deputado Passarinho (PL-PA), que iniciou a reunião convidando à mesa o Ministro de Estado e, então, o Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira de Oliveira, para exposição de assuntos inerentes à pasta do Ministério de Minas e Energia, nos termos do art. 50, § 1º, da Constituição Federal, e do art. 219, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
2. O Presidente da Comissão informou que a organização dos trabalhos se dará da seguinte forma: inicialmente, o Ministro terá a palavra para fazer uma exposição sobre o Ministério de Minas e Energia, abordando suas pretensões para o ano de 2026 e esclarecendo se permanecerá à frente da pasta. Foi estabelecido que o Ministro disporá de 30 minutos para sua apresentação. Em seguida, será facultada a palavra, por 3 minutos, aos deputados inscritos para o debate que ocorrerá em blocos

WWW.FERNANDEPAULA.COM.BR

CONTATO@FERNANDEPAULA.COM

☎ (061) 3542-6146

compostos por 5 deputados e um líder inscrito. A cada bloco de 5 parlamentares, um líder inscrito fará uso da palavra, alternando-se conforme a respectiva lista de inscrição. Líderes e vice-líderes que desejarem somar o tempo a eles destinado ao tempo concedido aos deputados inscritos deverão submeter-se à lista comum destinada a estes últimos. A lista de inscrição para o debate será aberta e o deputado que quiser interpelar o Ministro deverá realizar sua inscrição por meio do sistema eletrônico parlamentar. As inscrições para o debate serão encerradas após a fala inicial do Ministro.

3. O Presidente da CME agradeceu mais uma vez a presença do Ministro e ressaltou que a Comissão de Minas e Energia está à disposição do Ministério. Além disso, o Deputado Passarinho reforçou a ciência dos membros da Comissão sobre problemas sérios em algumas áreas. Após um breve cortejo feito pelo Presidente da Comissão ao atual Ministro Alexandre Siqueira, a palavra foi passada a ele.

4. O Ministro iniciou sua fala agradecendo de antemão aos membros da CME e fez um balanço de sua gestão à frente do Ministério de Minas e Energia, destacando a geração de empregos nos setores de energia e mineração. Citou avanços legislativos, como a aprovação da Lei do Combustível do Futuro que amplia a participação de biocombustíveis na matriz energética e posiciona o Brasil na vanguarda da transição energética. Mencionou a renovação de contratos de 19 distribuidoras de energia com 17 itens de aperfeiçoamento. O Ministro também defendeu a realização do maior leilão de térmicas da história do país, a importância da retomada do setor nuclear, incluindo a continuidade das obras de Angra 3 e a reestruturação das empresas do setor, bem como a necessidade de se discutir a exploração de minerais críticos e estratégicos. Ao final de sua fala, destacou seu compromisso com o diálogo e com as Casas Legislativas.

5. Além disso, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, expôs durante a reunião os programas sociais de sua pasta, destacando a expansão do Auxílio Gás que passou de 5,6 milhões de famílias recebendo R\$ 74 para 15,5 milhões de famílias beneficiadas com o botijão de gás integral, distribuído em mais de 58 mil revendas. Ele também relatou a experiência que motivou a isenção tarifária para consumidores de baixa renda (tarifa social) que consomem até 80

WWW.FERNANDEPAULA.COM.BR

CONTATO@FERNANDEPAULA.COM

(061) 3542-6146

kW, após visita a uma ribeirinha no Pará que enfrentava dificuldades para pagar a tarifa. A medida foi viabilizada pela reforma do setor elétrico de 2024, a primeira em 20 anos.

6. Após finalizada a fala do Ministro, o Vice-Presidente da Comissão, Deputado General Pazuello, solicitou um minuto para registrar, em nome do Colegiado, pesar pelo falecimento do ex-Ministro Raul Jungmann, destacando sua trajetória pública e sua atuação à frente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM).

7. Após a manifestação do Vice-Presidente da Comissão de Minas e Energia, foi iniciada a fase de debates, sendo concedida a palavra ao Deputado Hugo Leal (PSD/RJ). Em sua intervenção, o parlamentar abordou três principais temas. Inicialmente, tratou da regulamentação das eólicas *offshore*, questionando o estágio da regulamentação infralegal após a sanção do projeto de lei, bem como os entraves para a realização do primeiro leilão permanente previsto para 2026, destacando que tais empreendimentos não demandam recursos do setor nem impactam a conta de desenvolvimento energético (CDE). Em seguida, abordou a questão das concessões de distribuição de energia no estado do Rio de Janeiro, com ênfase nos contratos da Light e da Enel, cujos prazos se encerram em 2026, solicitando esclarecimentos acerca da posição do governo quanto à eventual renovação dessas concessões, à luz das discussões sobre aprimoramento contratual conduzidas pelo Ministério. Por fim, o deputado tratou do setor nuclear, questionando a revitalização de Angra 1, a viabilização de novos recursos para Angra 3, a participação da Ambar na governança da Eletronuclear e as perspectivas para os pequenos reatores nucleares no contexto do Plano Nacional de Energia 2035 e 2050.

8. Em seguida, foi concedida a palavra ao Deputado Carlos Zarattini (PT/SP) que abordou três eixos principais. Inicialmente, tratou do preço dos combustíveis, relatando o recebimento de frequentes reclamações acerca de supostos reajustes abusivos no valor do óleo diesel e da gasolina nos postos, muitas vezes justificados por fatores internacionais, como conflitos no Oriente Médio, apesar da ausência de reajustes pela Petrobras, o que, em sua avaliação, pode caracterizar prática lesiva à

WWW.FERNANDEPAULA.COM.BR

CONTATO@FERNANDEPAULA.COM

(061) 3542-6146

economia popular. Após, questionou a concessão da Enel no estado de São Paulo, destacando os investimentos realizados pela empresa, mesmo diante de posicionamentos contrários de autoridades estaduais e municipais, solicitando esclarecimentos sobre os critérios adotados pelo Ministério para eventual renovação das concessões. Por fim, abordou a exploração de urânio e terras raras, propondo a reflexão sobre a adoção de regime semelhante ao de partilha do petróleo, de modo a assegurar maior apropriação dessas riquezas pelo Estado brasileiro em benefício do desenvolvimento social, científico e tecnológico, considerando o relevante potencial mineral do país.

9. Em sequência, foi concedida a palavra ao Deputado General Pazuello que apresentou questionamentos de caráter técnico, muitos oriundos de demandas do setor de petróleo, gás e energia. Inicialmente, destacou a existência de lacunas no planejamento integrado do setor elétrico, diante do cenário simultâneo de excesso de geração renovável em determinadas regiões, aumento do *curtailment* e contratação de nova capacidade térmica, indagando qual ente institucional é responsável pela coordenação entre geração, transmissão e demanda. Em seguida, questionou a ausência de leilões de armazenamento de energia, especialmente por meio de baterias, diante do desperdício de energia renovável por limitações de transmissão e estocagem. Também abordou a dificuldade de agregação de valor ao minério de ferro em estados como o Maranhão, apesar do domínio histórico do país sobre o ciclo siderúrgico. O parlamentar ainda questionou o papel do operador nacional do sistema (ONS) frente aos alertas recorrentes sobre riscos operacionais decorrentes da expansão descoordenada da geração, bem como as medidas adotadas pelo Ministério em resposta. Ademais, indagou sobre a consistência das projeções de crescimento da geração distribuída, armazenamento e resposta da demanda constantes no plano decenal de energia, e se tais premissas não seriam excessivamente otimistas. Por fim, questionou a efetividade da atual estrutura institucional do setor elétrico, envolvendo Ministério, EPE, ANEEL e NOS, quanto à coordenação de suas atribuições, além de indagar como o governo equilibra os objetivos da transição energética com a garantia de segurança energética, defendendo, ao final, que as renovações de concessões sejam pautadas predominantemente por critérios técnicos, com menor influência política.

10. Após as perguntas deste bloco, o Ministro Alexandre Silveira proferiu sua resposta. De início, prestou homenagem ao ex-Deputado Raul Jungmann. Ato seguinte, abordou as questões relativas às distribuidoras de energia elétrica, esclarecendo que a Light enfrenta problemas crônicos relacionados a perdas não técnicas em áreas de severa restrição operativa no estado do Rio de Janeiro, onde a atuação do crime organizado impede o acesso para leituras e manutenção, situação que vem sendo equacionada no âmbito dos processos de renovação contratual. Quanto à Enel em São Paulo, reconheceu a existência de problema na gestão centralizada que compromete a agilidade nas respostas a eventos climáticos severos, mas enfatizou que a questão da arborização urbana, sob responsabilidade do município, constitui fator preponderante para as recorrentes interrupções no fornecimento, uma vez que 80% da rede elétrica da capital encontra-se no meio das árvores. Afirmou ter orientado a ANEEL a despolitizar o debate e garantir segurança jurídica aos processos de renovação, fundamentais para atrair investimentos internacionais, estimados em mais de R\$ 50 bilhões em linhas de transmissão licitadas sob sua gestão.

11. Sobre as eólicas *offshore*, o Ministro anunciou que as diretrizes para o leilão serão aprovadas na próxima reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), marcada para o dia 19, após amplo processo de consulta às melhores referências internacionais.

12. Em relação aos combustíveis, o Ministro divergiu veementemente de qualquer crítica sugestiva de omissão do governo no combate aos aumentos abusivos, classificando a privatização da BR Distribuidora como um dos maiores crimes de lesa-pátria no setor, pois teria aberto espaço para especulação criminosa contra a economia popular. Asseverou que o Governo Federal tem atuado de forma rigorosa por meio da Agência Nacional do Petróleo (ANP), da Senacon e dos Procons estaduais, notificando e multando os responsáveis por práticas cartelizadas.

13. Quanto às agências reguladoras, o Ministro manifestou preocupação com o que classificou como cooptação de algumas delas pelo setor privado, distanciando-se de sua missão original de serem agências de estado.

WWW.FERNANDEPAULA.COM.BR

CONTATO@FERNANDEPAULA.COM

(061) 3542-6146

14. Por fim, no que tange ao setor nuclear, o Ministro detalhou que nos próximos quinze dias ocorrerá reunião do Conselho de Eletronuclear para viabilizar a conversão das debêntures destinadas a investimentos em Angra. Anunciou que a Comissão de Empresas Estatais (CGPAR) deverá enviar ao Congresso Nacional, ainda este ano, projeto de lei ou medida provisória promovendo a reestruturação do setor nuclear brasileiro, com a revitalização da Nuclep, INB e demais empresas do complexo, visando à retomada da indústria nuclear nacional como vetor estratégico para o futuro energético do país, sem prejuízo dos avanços nas energias renováveis e no primeiro leilão de baterias, previsto para o próximo mês.

15. O Deputado Hugo Leal solicitou a palavra para fazer duas complementações e uma sugestão ao Ministro Alexandre Siqueira. O Deputado fez uma sugestão ao raciocínio desenvolvido pelo Ministro acerca da reestruturação do setor nuclear, propondo a avaliação da possibilidade de fusão das empresas do setor (Nuclep, INB e Eletronuclear) como forma de otimizar a governança e a eficiência do complexo nuclear brasileiro. Na sequência, o parlamentar retomou dois pontos específicos anteriormente suscitados e ainda pendentes de esclarecimento por parte do Ministro. Primeiramente, questionou como se dará a governança da Eletronuclear diante da entrada da Ambar em sua composição acionária. Em seguida, reiterou o pedido de informações acerca do cronograma para a assinatura dos novos contratos das distribuidoras de energia do estado do Rio de Janeiro, destacando o vencimento das concessões da Light, em junho de 2026, e da Enel, em novembro do mesmo ano, e solicitando posicionamento mais objetivo sobre o tema.

16. O Ministro respondeu imediatamente aos pontos levantados. Esclareceu que a entrada da Ambar não altera a governança da Eletronuclear, uma vez que se trata da substituição da Eletrobrás, que foi privatizada, pela Ambar na composição acionária. Quanto às renovações das distribuidoras fluminenses, informou que aguarda a manifestação da ANEEL sobre os processos e que, tão logo os autos cheguem ao Ministério, serão encaminhados ao Tribunal de Contas da União, conforme protocolo estabelecido, para a devida avaliação e posterior assinatura dos novos contratos. Relatou ainda que no dia seguinte haveria reunião com todas as distribuidoras para discutir os processos de

renovação nos termos aprovados pelo TCU.

17. Dando prosseguimento, o Presidente da CME, Deputado Passarinho, encerrou o primeiro bloco de perguntas e informou seguintes nomes: Deputado Julio Lopes (PP - RJ); Deputado Lafayette de Andrada (Republicanos - MG); por fim o Deputado Ricardo Barros (PP - PR).

18. O Deputado Júlio Lopes direcionou suas perguntas prioritariamente ao setor nuclear, que considerou "acéfalo", manifestando preocupação com empresas como a Nuclep e a INB, sem diretorias constituídas. Relatou conversa com o Ministro da Casa Civil, Rui Costa, sobre o tema e cobrou providências urgentes do governo para organizar o setor. Ademais, citou que a embaixadora Cláudia Vieira dos Santos, representante do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica, assinou termo de compromisso para triplicar a energia nuclear no Brasil e questionou como o país estruturará essa meta. Aproveitou também para indagar sobre a necessidade de regulamentação para os pequenos reatores nucleares, citando que empresas privadas brasileiras estão avançando no tema, mas é necessário que a CNEN seja equipada e normatize o licenciamento desses empreendimentos. Também perguntou se o leilão de térmicas da semana seguinte estava confirmado, se o leilão de baterias de 2 GW estava confirmado e qual é a posição sobre a meta de biometano de 0,5%, a ser confirmada na reunião do CNPE. Por fim, defendeu a emenda de sua autoria para permitir o uso de energia nuclear, gás natural e biometano (inclusive proveniente de lixo urbano) nos *data centers*, como forma de garantir redundância e segurança energética para esses empreendimentos.

19. Na sequência, o Deputado Lafayette de Andrada apresentou questionamentos centrados em três pontos principais. Inicialmente, indagou sobre notícias de que, apesar de o governo não autorizar reajustes pela Petrobras, teria havido aumento de R\$ 1,00 nos preços em leilão recente, questionando como o Ministério vem acompanhando esses processos, especialmente diante de seus potenciais impactos inflacionários. Em seguida, solicitou esclarecimentos acerca do cronograma do leilão de baterias, destacando a ausência de publicação da portaria com as diretrizes e o risco de inviabilização do certame em 2026, o que comprometeria soluções para o *curtailment* e o armazenamento de energia

WWW.FERNANDEPAULA.COM.BR

CONTATO@FERNANDEPAULA.COM

☎ (061) 3542-6146

renovável. Por fim, apresentou questionamentos sobre o leilão de reserva de capacidade, mencionando a elevação do preço-teto por meio de ofícios ministeriais, de R\$ 1.120.000,00 para R\$ 2.250.000,00 por MW/ano, e apontando alertas de especialistas e da área técnica do Tribunal de Contas da União acerca de possíveis irregularidades, impactos tarifários relevantes e prejuízo à competitividade do certame, solicitando, assim, a divulgação das memórias de cálculo e dos fundamentos que embasaram tal reajuste, em atenção aos princípios da transparência e da segurança jurídica.

20. Após, o Deputado Ricardo Barros, que falaria sem sequência, pediu licença para se retirar da CME. Porém, antes de se ausentar, deixou registrada uma pergunta ao Ministro, solicitando que fosse abordada a questão dos marcadores de combustível, como forma de controlar a adulteração, o volume de produção e a evasão fiscal que considerou bilionária no setor.

21. Na sequência, o Deputado Zarattini, que já havia feito suas perguntas anteriormente, solicitou a palavra para complementar seu questionamento sobre a situação da Enel em São Paulo, trazendo uma sugestão específica relacionada à ANEEL. O Deputado sugeriu que o Ministério orientasse a ANEEL a transferir para a concessionária Enel a responsabilidade pela gestão da arborização urbana que interfere na rede elétrica, com a correspondente compensação tarifária, como forma de solucionar ou mitigar os recorrentes problemas de interrupção no fornecimento de energia na capital paulista.

22. Após o encerramento do segundo bloco de questionamentos, o Ministro Alexandre Silveira apresentou suas respostas, abordando os principais pontos suscitados. Inicialmente, esclareceu que a primeira versão do edital do leilão continha erro que inviabilizaria a contratação, posteriormente corrigido após manifestação da Petrobras, destacando que o valor divulgado corresponde a preço-teto, destinado a assegurar competitividade, e não ao preço final, sendo o certame fundamental para evitar contratações emergenciais mais onerosas. Ressaltou, ainda, a transparência do processo, com acompanhamento do Tribunal de Contas da União. Em relação ao leilão de baterias, afirmou que a portaria com diretrizes será publicada em abril e garantiu a realização do primeiro leilão em 2026,

WWW.FERNANDEPAULA.COM.BR

CONTATO@FERNANDEPAULA.COM

☎ (061) 3542-6146

defendendo a adoção de políticas de incentivo à indústria nacional e a exigência progressiva de armazenamento em novos projetos renováveis, a fim de reduzir instabilidades sistêmicas e custos associados ao excesso de geração sem capacidade de estocagem. No tocante ao setor nuclear, reconheceu equívocos anteriores relacionados a Angra 3 e reafirmou o compromisso com a reestruturação do segmento, considerado estratégico para a segurança energética e, futuramente, para a defesa nacional. Informou, ainda, que estudos sobre oferta e demanda estão em fase final para subsidiar decisão do CNPE quanto à inserção de biometano na matriz energética, com atenção aos impactos tarifários. Sobre os preços dos combustíveis, reiterou que o governo não interfere na governança da Petrobras, embora tenha criticado políticas de desoneração adotadas no passado, defendendo a condução responsável do tema. Por fim, destacou o desempenho recente da Vale, ao mesmo tempo em que criticou a atuação das grandes mineradoras e defendeu a revisão da legislação mineral, com vistas a assegurar maior retorno social da exploração dos recursos, anunciando, nesse contexto, a criação do Conselho Nacional de Política Mineral, com grupos de trabalho voltados ao fortalecimento estratégico do setor, especialmente no âmbito dos minerais críticos e estratégicos.

23. O Ministro Alexandre Silveira fez críticas contundentes à desoneração dos combustíveis promovida no período eleitoral de 2022, classificando a medida como irresponsável por ter retirado impostos federais e estaduais sem fonte de compensação, o que gerou um rombo bilionário nas contas públicas e foi posteriormente questionado no Supremo Tribunal Federal. O Ministro destacou que o setor do etanol e o agronegócio sofreram prejuízos de R\$ 15 bilhões em decorrência dessa política, uma vez que a redução do imposto sobre a gasolina, sem mecanismo compensatório, afetou diretamente a competitividade do biocombustível. Informou que o Governo Federal arcou com essa conta no terceiro bimestre de sua gestão, honrando os compromissos assumidos, e mencionou que empresas como a Raízen acumularam prejuízos bilionários em razão da medida. Ao final, contrapôs essa experiência com a postura do atual governo, que tem tratado a questão dos preços dos combustíveis com responsabilidade, sem interferir na governança da Petrobras e atuando rigorosamente no combate ao cartel e à especulação por meio dos órgãos de fiscalização.

24. Em sequência, o Deputado Danilo Forte (União - CE) fez duras críticas à atuação do Governo Federal no combate ao crime organizado, afirmando que houve omissão no setor de combustíveis, o que tem custado caro a empresas tradicionais como a Raízen. Citou que a insegurança no setor provocou a saída de empresas renomadas do mercado brasileiro, como Texaco e outras, em razão do avanço do crime organizado sobre o setor de combustíveis. Mencionou ter sido o primeiro a apresentar projeto de lei para tipificar as ações do crime organizado como terrorismo, mas encontrou resistência no Ministério da Justiça, então comandado pelo Ministro Ricardo Lewandowski. Ademais, o deputado afirmou que, após três anos de debates, os problemas do setor energético continuam os mesmos ou se agravaram. Destacou a insegurança jurídica e financeira ocasionada pelos cortes de geração que têm levado empresas a deixar o país ou a não realizar novos investimentos em energia renovável. Questionou especificamente a falta de solução para a transmissão de energia do Nordeste para o Centro-Sul, lembrando que os leilões foram realizados e as negociações facilitadas, inclusive com licenciamentos encaminhados, mas nenhuma linha foi efetivamente construída. Afirmou que não há mais novos parques renováveis sendo instalados no Nordeste e que o setor está paralisado por falta de segurança. Em seguida, criticou a defasagem tecnológica do ONS, que ainda opera com *softwares* de décadas passadas, o que teria contribuído para falhas operacionais e cortes aleatórios de energia, como o ocorrido em Quixadá, cujos custos foram suportados por todo o setor. Logo após, manifestou contrariedade com a realização do leilão de térmicas em detrimento dos leilões de bateria prometidos para o ano anterior e ainda não realizados. Questionou a ausência do edital do leilão de baterias e a falta de data definida para sua realização. Por fim, realizou a conclusão de sua fala afirmando que, embora muito se fale em transição energética nos discursos da COP, na prática pouco se fez, havendo retrocesso com a expansão das energias fósseis. Finalizou defendendo que o setor de renováveis, que transformou a economia do Nordeste nos últimos vinte anos, encontra-se estagnado em sua gestão, com os mesmos problemas sendo debatidos desde 2023 sem solução efetiva.

25. Dando sequência ao debate da terceira rodada o Deputado Gastão (PSD - CE) fez uso da palavra para tratar especificamente do setor mineral. Em síntese, o Deputado solicitou agilidade nos

processos de licenciamento da mina de Santa Quitéria, no Ceará, que tem previsão de produção anual de 400 mil toneladas de fosfato e 2.300 toneladas de urânio. Ressaltou que 80% do fosfato utilizado em fertilizantes no Brasil é importado e que essa mina poderia suprir 50% da demanda do Nordeste, além de garantir autossuficiência na produção de urânio para o programa nuclear brasileiro. Pediu empenho do Ministério para acelerar os licenciamentos necessários.

26. Passada a palavra para o Deputado Keniston Braga (MDB – PA), este reconheceu os avanços na Agência Nacional de Mineração (ANM) durante a gestão do Ministro, como a contratação de 213 novos servidores, a equiparação salarial e a destinação de recursos do acordo da Samarco para reestruturação tecnológica. No entanto, solicitou informações sobre os planos para a continuidade desse processo, especialmente em relação ao pedido já encaminhado ao Ministério da Gestão para contratação de mais 220 servidores que considerou fundamental para que a agência cumpra adequadamente seu papel de regulação e fiscalização do setor mineral, especialmente no contexto dos minerais críticos e estratégicos.

27. Cumprindo o regimento interno da Câmara dos Deputados, o Deputado Passarinho passou a palavra para o líder de partido, o Deputado Lucas Abrahao (REDE – AP) que apresentou demandas específicas para o estado do Amapá e questões de âmbito nacional. Dentre as demandas apresentadas, solicitou apoio do Ministério para o Projeto de Lei 5852/2025, de sua autoria, que trata da bonificação por conteúdo local, propondo um modelo que incentive o desenvolvimento da indústria nacional em vez de multar quem não cumpre as metas atuais. Ademais, pediu autorização do Ministro para inclusão de novos blocos da margem equatorial nos leilões permanentes de demanda da ANP, destacando que o Amapá teve 6 blocos em 2012, 19 blocos em 2025, mas necessita de novos blocos para atrair investimentos. Também solicitou que o Ministério dê especial atenção aos estudos de terras raras e minerais críticos no Amapá, considerando o potencial mineral do estado e o atual contexto geopolítico. Fez um apelo para a destinação de mais 2.500 kits do programa Mais Luz para a Amazônia, a fim de atender comunidades ribeirinhas e aldeias indígenas no estado, substituindo geradores a combustível fóssil e dando exemplo de transição energética na prática. Além

disso, defendeu a reformulação do sistema de bandeiras tarifárias para estados que produzem mais energia do que consomem, como o Amapá. Por fim, citou que é relator do PL 3759 na Comissão de Defesa do Consumidor, que propõe essa mudança, e pediu apoio do Ministério para que o projeto, ao chegar à Comissão de Minas e Energia, seja tratado com prioridade.

28. Após as manifestações, o Ministro Alexandre Silveira rebateu as críticas sobre paralisação do setor renovável, destacando a importância das energias limpas para o Nordeste, mas enfatizando a necessidade de equilíbrio entre incentivos e custo para o consumidor, razão pela qual o Congresso acertou ao estabelecer teto na CDE, evitando que novos subsídios onerem a população. Defendeu a busca por fontes alternativas de financiamento para o setor, como os minerais críticos e estratégicos. Além disso, o Ministro reconheceu a perda de competitividade da indústria siderúrgica nacional nas últimas décadas e defendeu a exploração do gás não convencional no Brasil, criticando a importação de gás de xisto dos Estados Unidos enquanto se impede a exploração interna. Anunciou como importante conquista o programa Gás para Empregar que viabilizará o primeiro leilão de gás da União destinado à indústria a preços mais competitivos após três anos de negociações com a Petrobras. Quanto à ANM, em resposta ao Deputado Keniston Braga, reconheceu os avanços obtidos, mas defendeu a união de esforços para fortalecer as agências reguladoras, transformando-as efetivamente em agências de estado. Comprometeu-se a trabalhar pela convocação dos concursados e pelo aperfeiçoamento da gestão da ANM, fundamental para o desenvolvimento mineral do país. Em contraponto às afirmações sobre a Raízen, esclareceu que os prejuízos da empresa decorreram da desoneração eleitoral dos combustíveis em 2022 que custou R\$ 4 bilhões apenas à companhia e R\$ 15 bilhões ao setor do etanol. Registrou ainda o crescimento de 50% no valor de mercado da Vale nos últimos doze meses, mantendo críticas à atuação das grandes mineradoras. Por fim, manifestou-se positivamente às demandas do Deputado Lucas Abrahão sobre o Amapá, incluindo a inclusão de novos blocos nos leilões da ANP, estudos sobre terras raras e ampliação do programa Mais Luz para a Amazônia, reafirmando seu compromisso com o diálogo e com a construção conjunta de políticas públicas para o desenvolvimento do setor de minas e energia.

29. O Deputado Paulo Guedes (Líder do PT) deu início à quarta rodada de debates elogiando os feitos do Ministro em seu mandato. Entretanto, denunciou que mais de 40 mil pessoas no norte de Minas Gerais, incluindo comunidades quilombolas, ribeirinhos, indígenas e agricultores, estão cadastradas e aguardando o programa Luz para Todos há três anos. Afirmou que a CEMIG e o governo de Minas Gerais se recusam a executar o programa no estado, numa atitude que classificou como "insensível" com a população. Questionou se o Ministério pode determinar que a própria empresa responsável pelo programa (MBEP) realize as obras diretamente, já que o governo estadual não coopera. Por fim, citou a presença do prefeito de Navarro e de representantes da região como testemunhas da denúncia.

30. Na sequência, foi concedida a palavra ao Deputado Crisóstomo (Líder do PL) que apresentou questionamentos voltados, sobretudo, aos interesses do estado de Rondônia. Inicialmente, indagou sobre as razões pelas quais o custo da energia elétrica no estado permanece elevado, apesar de sua relevante capacidade de geração, questionando quais medidas poderiam ser adotadas para reverter esse cenário. Em seguida, solicitou esclarecimentos acerca dos caminhos para viabilizar a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) em Rondônia, Mato Grosso e outras regiões, destacando o potencial do país para esse tipo de empreendimento e a disposição dos parlamentares em contribuir para sua implementação. Por fim, teceu críticas às agências reguladoras, mencionando especificamente a atuação da ANTT em Rondônia, em razão de concessões de pedágio com valores elevados, sustentando que tais entidades estariam excessivamente empoderadas e distantes dos interesses da população.

31. Em última fala, o Deputado Evair de Melo (Líder do PP) fez uma intervenção focada no setor de rochas naturais do Espírito Santo. De início, apresentou dados detalhados sobre a importância do setor para o Brasil e para o Espírito Santo: o país é o quarto maior produtor mundial e quinto maior exportador de rochas naturais, com 1,2 mil variedades catalogadas, exportações de US\$ 1,5 bilhão em 2025 (recorde de 17,5% de crescimento), gerando cerca de 480 mil empregos diretos e indiretos. O Espírito Santo concentra 80% do valor exportado e o setor representa cerca de 10% do PIB estadual.

WWW.FERNANDEPAULA.COM.BR

CONTATO@FERNANDEPAULA.COM

(061) 3542-6146

Além do mais, solicitou que, na linha do que o Ministro havia defendido, sejam feitos investimentos estruturantes na ANM e na infraestrutura nacional para que o setor continue crescendo e gerando empregos. Em conclusão, anunciou que presentearia o Ministro e o Presidente da Comissão com uma réplica do mapa do Brasil confeccionada em mármore capixaba, o mesmo utilizado na construção de Brasília (patrimônio da UNESCO), como forma de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido. Convidou o Ministro a visitar as jazidas e empresas do setor no Espírito Santo.

32. Após as manifestações dos parlamentares, o Ministro Alexandre Silveira proferiu suas considerações finais, relatando sua trajetória na vida pública desde os tempos de delegado de polícia no interior, passando pelos mandatos de deputado federal, pelas secretarias estaduais em Minas Gerais, pelo Senado e pelo cargo de Ministro, sempre movido pelo chamado do serviço público. O Ministro manifestou preocupação com o atual momento político do país, defendendo que as discussões deveriam estar pautadas exclusivamente nos resultados e nos problemas reais da sociedade. Parabenizou a Comissão de Minas e Energia por ser uma das menos polêmicas e mais técnicas da Casa. Em relação à geopolítica internacional, expressou seu mais elevado respeito às Forças Armadas e posicionou-se contrariamente aos ataques à soberania dos países, defendendo o multilateralismo, o diálogo e o fortalecimento dos organismos internacionais. Afirmou que "as guerras nunca fazem bem ao mundo" e que o Brasil não pode ser "terreiro das potências nucleares". Destacou a liderança do Governo Federal no cenário internacional, mencionando as 41 viagens internacionais que realizou o Presidente da República e as 140 reuniões bilaterais das quais participou. Quanto às políticas setoriais, informou que sua gestão retomou os leilões de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) após 14 anos, contratando 61 empreendimentos. Criticou o modelo de licenciamento ambiental das grandes hidrelétricas a fio d'água, como Belo Monte, defendendo a energia nuclear como alternativa que não enfrenta as mesmas dificuldades de licenciamento. Ademais, fez um emocionado relato sobre sua atuação em questões sociais, citando o atendimento às demandas do Bailique, no Amapá, onde cobrava pessoalmente soluções da distribuidora Equatorial para levar energia à região alagada. Defendeu a importância das políticas públicas de combate à miséria e à fome, destacando a expansão do programa Gás para Todos de 5,6 milhões para 15,5

WWW.FERNANDEPAULA.COM.BR

CONTATO@FERNANDEPAULA.COM

(061) 3542-6146

milhões de famílias e a emoção de entregar pessoalmente botijões de gás em aglomerados de Belo Horizonte. Por fim, concluiu com um apelo à união nacional, defendendo que, independentemente das posições políticas, todos devem remar juntos para enfrentar os desafios do país. Afirmou que "fora das instituições não há salvação" e manifestou saudades do tempo em que a política exigia mais diálogo e construção entre os pares. Parabenizou as mulheres pela passagem do Dia Internacional da Mulher e reafirmou seu compromisso com a construção de um país mais justo, solidário e unido.

33. Após a exposição do Ministro Alexandre Silveira, o Presidente da Comissão, Deputado Joaquim Passarinho, assumiu a palavra para suas considerações finais, tecendo um balanço dos trabalhos realizados e dos compromissos assumidos. O Presidente registrou a importância da Comissão de Minas e Energia como espaço técnico e plural, onde os embates políticos, embora legítimos e naturais em uma casa democrática, não se sobrepõem à busca por soluções concretas para os graves problemas do setor energético e mineral brasileiro. Destacou a relevância dos temas discutidos ao longo da reunião, especialmente aqueles relacionados às desigualdades regionais e à necessidade de investimentos estruturantes para o desenvolvimento do país. Além disso, manifestou seu apoio à exploração da Margem Equatorial, defendendo que esta é uma questão fundamental para o desenvolvimento do Norte do país. Afirmou que não será possível diminuir as desigualdades regionais sem investimentos dessa magnitude e que a região Norte precisa de "luz no fim do túnel" para impulsionar sua economia e gerar oportunidades para sua população. Nesse contexto, convidou o Ministro para participar de reunião no dia 19 em Belém, na Federação das Indústrias do Estado do Pará, onde um dos temas principais será exatamente a exploração da Margem Equatorial. O Presidente reafirmou o compromisso da Comissão em não votar projetos que impliquem isenções ou aumentos da CDE, lembrando que, apenas na sessão anterior, três projetos que aumentariam a CDE foram derrubados e há cerca de vinte outros aguardando deliberação. Defendeu que não se pode fazer benefícios "com o chapéu dos outros", transferindo custos para a conta de luz do consumidor brasileiro, que já arcará com cerca de R\$ 50 bilhões da CDE neste ano. Por fim, o Presidente abordou a pauta do Código de Mineração que completa mais de 60 anos desatualizado. Agradeceu a disposição do Ministério em dialogar com a Comissão para aprimorar o projeto que modernizará o

WWW.FERNANDEPAULA.COM.BR

CONTATO@FERNANDEPAULA.COM

(061) 3542-6146

marco regulatório do setor mineral, visão que considera um grande legado a ser entregue ao país.

34. O Presidente da Comissão agradeceu a presença do Ministro, de sua equipe, dos deputados, assessores, convidados e da imprensa. Convidou todos para uma foto oficial no plenário como registro do encontro e, em seguida, declarou encerrada a reunião extraordinária, determinando que fosse lavrada a presente ata para os devidos fins regimentais.

FERNANDA DE PAULA SOCIEDADE DE ADVOCACIA

Representada por sua Sócia

OAB/DF n.º 56.513

PAULO RANGEL SOARES VIEIRA

Estagiário de Geologia

WWW.FERNANDEPAULA.COM.BR

CONTATO@FERNANDEPAULA.COM

(061) 3542-6146